



2. CORPOS SOCIAIS

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÊNIO 2019-2022

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Dr.
Vice-Presidente	- José Pedro Castro Morêda Miranda, Dr.
Secretários	- António Lerenó Sousa Machado, Eng ^o

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- Manuel Luciano da Costa Gomes, Eng ^o
Secretária	- Maria Teresa Andrade Polónia, Dra.
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Batista, Dr.
Vogais	- Hélder Roberto Vilela Araújo, Eng ^o
	- Maria Lídia de Faria Ramalho Gonçalves, Dra.
	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres, Dra.
Substitutos	- José Luis de Sousa Marques
	- Duarte Manuel de Faria Gonçalves
	- Lucília Maria Costa Afonso, Dra.

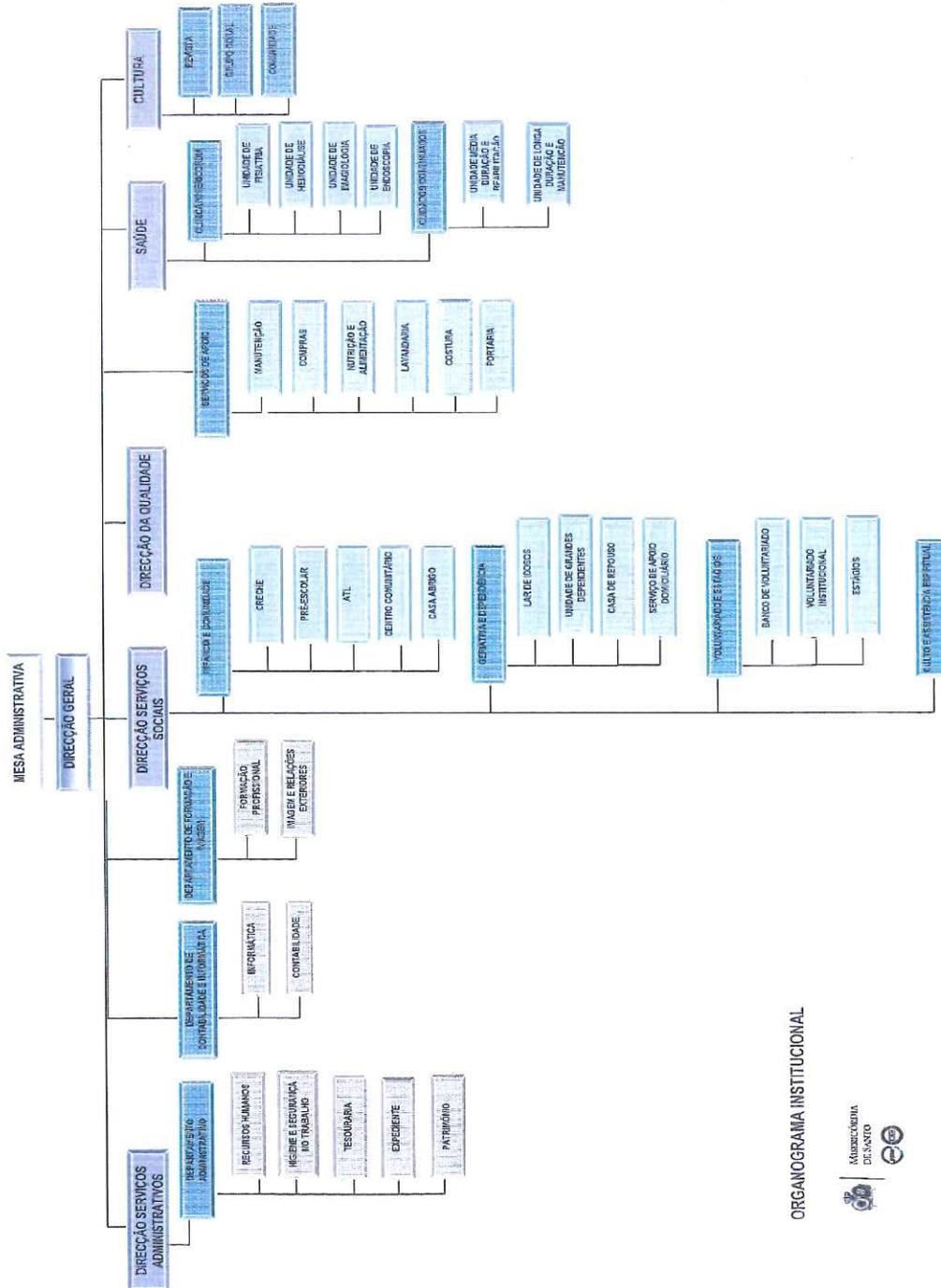
CONSELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro, Dr.
Vice-Presidente	- Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Eng ^o
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa, Eng ^o
Substitutos	- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro
	- Emílio Castelar Oliveira
	- Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias



Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

3. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



Revisão	Data	Página 3 de 16
---------	------	----------------



4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ano de 2018 foi o último de um mandato dos órgãos sociais eleitos para o quadriênio 2015 – 2018.

A aposta na modernização dos serviços através do grande investimento na renovação do parque informático, a reabilitação do património, bem como o alargamento da oferta de serviços na área da saúde, foram as apostas destes 4 últimos anos.

Neste período foram investidos cerca de € 2.300.000,00, com especial relevo para:

- Obras de remodelação da Casa de Repouso de Real – 2015;
- Inauguração da Clínica de Gastroenterologia – 2016;
- Modernização das infraestruturas informáticas e renovação de equipamento;
- Obra de remodelação do Lar José Luis D'Andrade – 2017
- Obra de remodelação do Jardim de Infância – 2017
- Intervenção no Centro Comunitário de Geão - 2018

Continuamos como uma referência no seio das misericórdias portuguesas, não só pela qualidade, inovação e empreendedorismo, mas pela constante inquietude de poder oferecer mais e melhor.

Servimos cerca de 2500 utentes/dia, temos 350 colaboradores diretos, o que implica um encargo salarial de cerca de € 5.000.000,00 e € 1.250.000,00 de impostos sobre o trabalho.

Continuamos a dinamizar a economia do nosso concelho.

O sucesso dos nossos serviços significa o desenvolvimento da nossa comunidade.

Abraçamos projetos nas nossas áreas de intervenção No presente ano, destaca-se:

- Certificação da Transição na Norma ISO 9001:2008 para o novo referencial de 2015 para todas as valências sociais;
- Criação de Grupos de Trabalho transversais à organização sobre “Consumos” e “Recursos Humanos”;
- Programa de estimulação cognitiva nas valências residenciais;
- Competências digitais - programa dirigido aos nossos utentes – Protocolo com a Câmara Municipal;



- Boccia Sénior – alargamento do tempo da atividade - Protocolo com a Câmara Municipal;
- Candidatura ao Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC, que consiste na distribuição mensal de alimentos a pessoas sinalizadas pelo Centro Comunitário de Geão;
- Candidatura PROCLOOP – Gabinete de Intervenção na Violência - GIV;
- Curso de alfabetização, promovido pelo Núcleo Local de Inserção;
- Formação do Centro de Emprego (Curso Técnico Auxiliar de Saúde);
- Carta Compromisso 13 Vagas de Emergência – Casa Abrigo;
- Carta Compromisso Verbas de Autonomização – Casa Abrigo;
- Carta Compromisso “A Escola vai à Casa Abrigo”;
- Candidatura PROCLOOP para revisão de acordo Casa Abrigo;
- Candidatura SIC Esperança – Projeto CãoViver (terapia assistida por animais);
- Tema do Projeto Pedagógico da Instituição “Artes e Expressões” 2018/19
- Atelier de fotografia “Rugas que dizem...”, Projeto Tecer Afetos (INA), Atelier de Cerâmica, entre outras iniciativas em que mobilizamos o voluntariado;
- Candidatura ao PROCLOOP para alargamento do Centro de Dia para 12 utentes;
- “Felicidário mensal” para as valências residenciais (iniciativas que estimulam prazeres e memórias comuns aos utentes) e definição de “Felicidário Individual” (tendo em conta desejos auscultados de cada utente)
- Iniciativa Intergeracional mensal “Avós e Netos”, promovendo a troca de experiências entre valências e utentes;

Tal como proposto em Plano de Atividades e Orçamento para 2018,

- Apresentamos candidatura na A.R.S. Norte para a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados, com capacidade para 36 camas. Este projeto será objeto de uma proposta de financiamento - IFFRU, já aprovado em Assembleia Geral.
- Avançamos, no Bairro da Misericórdia, com o projeto de 8 moradias de tipologia T2 e 2 moradias de tipologia T1.

Já foram objeto de concurso e adjudicação 4 destas moradias de tipologia T2.



Quanto ao edifício do antigo Liceu, apesar dos contactos encetados por parte da instituição, até à data nada de concreto existe.

O abraço às tradições e à nossa cultura merecerem a nossa atenção e, sem qualquer tipo de apoio, o nosso grupo coral continua a ser um divulgador do nome da Misericórdia e do concelho de Santo Tirso, dentro e fora do país.

Vários eventos foram dinamizados através do nosso Auditório, Sala Multiusos, Centro Comunitário de Geão, Revista e Plataformas Informáticas – Site e página de Facebook.

Apresentamos o novo vídeo institucional.

Os valores e princípios orientadores da nossa ação são inspirados nas catorze obras de Misericórdia de proteção e promoção da humanidade, na dimensão espiritual e corporal.

Baseamo-nos no respeito pela dignidade humana, ética, responsabilidade e competência profissional; humanização dos serviços prestados; idoneidade, isenção, rigor e sustentabilidade; criatividade, inovação e qualidade.

[Handwritten signatures and names in blue ink]

[Illegible signature]



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSONIF 500 852 502
MOEDA EUROS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-18	31-dez-17
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	32 564 037,01	32 217 723,61
Activos intangíveis	5	1 723,22	5 549,53
Outros Investimentos financeiros		27 414,85	21 611,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		32 593 175,08	32 244 884,40
Activo corrente			
Inventários	7	35 338,01	27 313,25
Creditos a Receber	15.4	376 492,29	372 969,14
Estado e outros entes públicos	15.2	128 267,47	76 246,15
Fundadores /Beneméritos/Doadores/A ssociados/M embros	15.3	2 715,00	3 020,00
Diferimentos	15.6	3 280,00	13 669,79
Outros Ativos Correntes	15.5	160 656,24	159 896,26
Caixa e depósitos bancários	15.7	710 151,64	684 341,07
		1 416 900,65	1 337 455,66
Total do activo		34 010 075,73	33 582 340,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15.8		
Fundos		3 117 461,88	3 117 461,88
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		3 424 121,32	3 431 305,21
Excedentes de revalorização		20 755 234,77	20 662 303,78
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais		4 270 688,73	4 198 496,29
		31 567 506,70	31 409 567,16
Resultado líquido do período		-525 403,17	-312 711,90
Total dos fundos patrimoniais		31 042 103,53	31 096 855,26
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	907 415,85	534 744,80
Provisões específicas			
Locações fianceiras / passivo corrente	11	31 292,26	58 981,85
Outras dividas a pagar			
		938 708,11	593 726,65
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	394 138,12	355 344,18
A diantamentos de Clientes		387 300,15	352 155,84
Estado e outros entes públicos	15.2	210 335,84	199 639,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		254 350,05	169 765,58
Diferimentos	15.6	10 460,29	11 185,59
Outras contas a pagar	15.10	772 679,64	803 667,87
Outros passivos financeiros			
		2 029 264,09	1 891 758,15
Total do passivo		2 967 972,20	2 485 484,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		34 010 075,73	33 582 340,06

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

REPRODUÇÃO PROIBIDA

Revisão	Data	Página 8 de 16
---------	------	----------------



IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 500 852 502

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	3 326 961,78	3 302 448,11
Subsídios à exploração	10	2 779 221,53	2 795 145,69
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	655 534,47	657 171,30
Fornecimentos e serviços externos	15.12	1 262 310,28	1 250 842,07
Gastos com o pessoal	12	4 805 934,73	4 872 050,37
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		151,86	141,50
Provisões (aumentos/reduções)	9	372 671,05	82 361,20
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	15.13	1 143 449,16	1 175 360,89
Outros gastos	15.14	66 982,51	87 057,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		86 047,57	323 330,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		608 747,77	632 263,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-522 700,20	-308 932,74
Juros e rendimentos similares obtidos	15.15	2 023,72	2 773,30
Juros e gastos similares suportados	15.15	4 726,69	6 552,46
Resultados antes de impostos		-525 403,17	-312 711,90
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-525 403,17	-312 711,90

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

REPRODUÇÃO PROIBIDA

Revisão	Data	Página 9 de 16
---------	------	----------------

Alfólvor Roberto Nêla Araújo *Maria da Conceição de Paiva*



6. ANÁLISE

Rendimentos

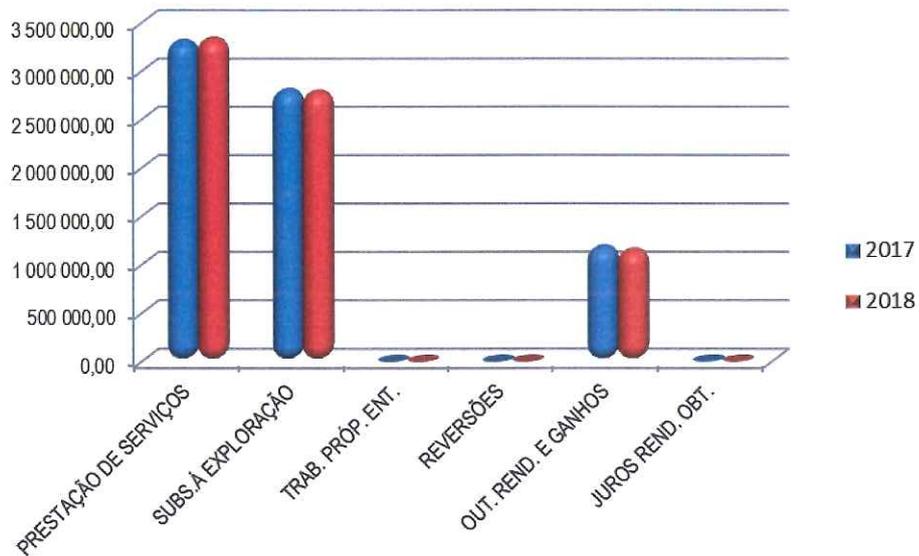
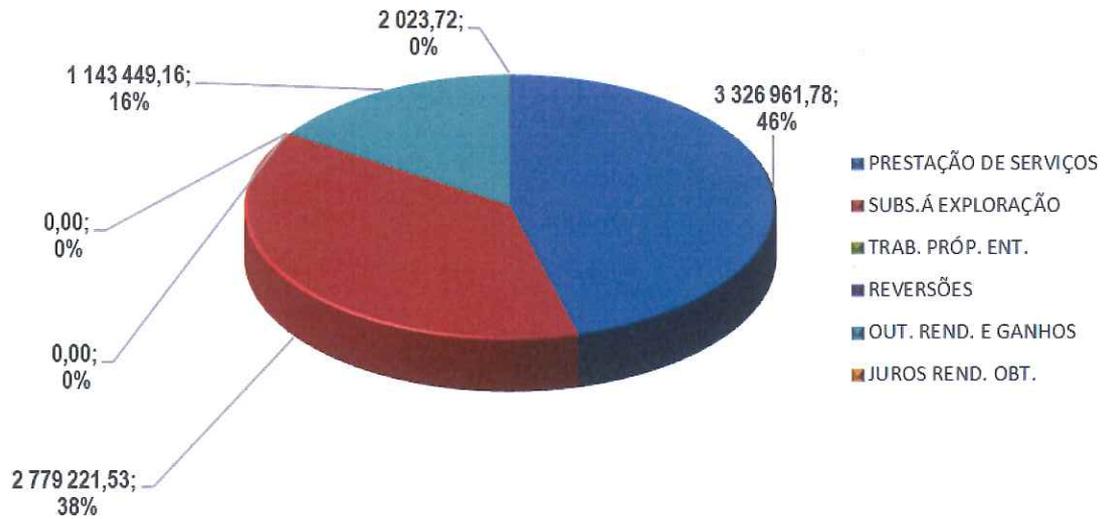
	2017	2018	DIF.	DIF. %
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3 302 448,11	3 326 961,78	24 513,67	0,74%
SUBS.À EXPLORAÇÃO	2 795 145,69	2 779 221,53	-15 924,16	-0,57%
TRAB. PRÓP. ENT.	0,00	0,00	0,00	0,00%
REVERSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUT. REND. E GANHOS	1 175 360,89	1 143 449,16	-31 911,73	-2,72%
JUROS REND. OBT.	2 773,30	2 023,72	-749,58	-27,03%
TOTAL	7 275 727,99	7 251 656,19	-24 071,80	-0,33%

A diminuição quase sem expressão de 0,33% (€ 24.071,80) no Total do Rendimentos, apesar do aumento das Receitas Próprias, evidencia-se pela diminuição de 2,72% (€ 31.911,73) na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos, bem como de 0,57% (€ 15.924,16) na rubrica Subs. à Exploração.

Tal fica a dever-se ao seguinte:

- Uma menor comparticipação da componente da Segurança Social e A.R.S. Norte, no valor pago por utente/cama na Unidade de Cuidados Continuados, em virtude de, pontualmente, uma maior componente privada/utente;
- Uma diminuição dos valores da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos dada a contabilização, no exercício anterior, da contrapartida recebida pela entrega do Edifício do Antigo Liceu, por parte da Câmara Municipal de Santo Tirso.

No que concerne à rubrica de Vendas e Serviços, o aumento de 0,74% (€ 24.513,67), resulta essencialmente do crescimento do valor da prestação de serviços na área da saúde.



**Gastos**

	2017	2018	DIF.	DIF. %
C.M.V.M.C.	657 171,30	655 534,47	-1 636,83	-0,25%
F.S.E.	1 250 842,07	1 262 310,28	11 468,21	0,92%
GASTOS C/PESSOAL	4 872 050,37	4 805 934,73	-66 115,64	-1,36%
AMORT.	632 263,39	608 747,77	-23 515,62	-3,72%
PROVISÕES	82 502,70	372 822,91	290 320,21	351,89%
OUTROS GAST. PERDAS	87 057,60	66 982,51	-20 075,09	-23,06%
JUROS E GASTOS SIM.	6 552,46	4 726,69	-1 825,77	-27,86%
TOTAL	7 588 439,89	7 777 059,36	188 619,47	2,49%

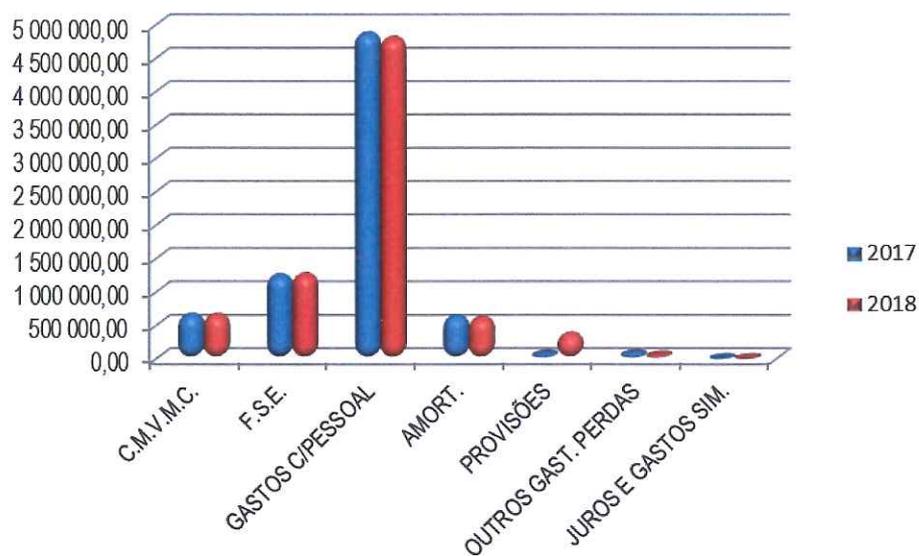
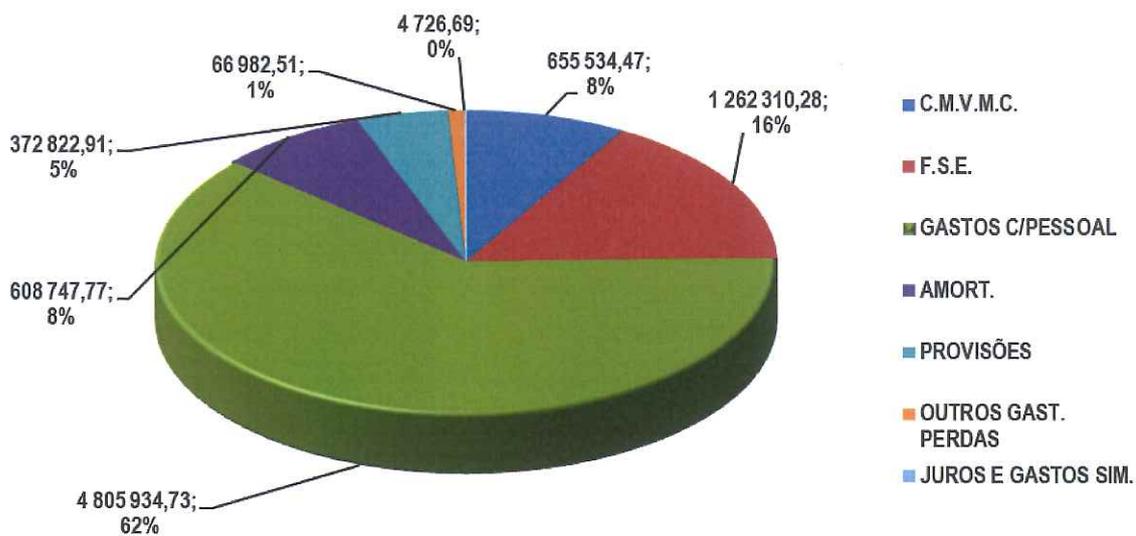
Os GASTOS apresentam um aumento de 2,49% (€ 188.619,47), devido essencialmente ao aumento de 351,89% (€ 290.320,21) das Provisões nas valências residenciais.

É de especial realce os valores apresentados nas rubricas de C.M.V.M.C., Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos c/ Pessoal, que demonstram a exigente e rigorosa política de gestão, onde é desafiado permanentemente o profissionalismo, empenho, transparência e capacidade de sacrifício de todos os colaboradores da instituição.

Os valores apresentados na rubrica de Gastos c/ Pessoal devem-se essencialmente à reorganização dos Horários, Equipas e Rotinas diárias/tarefas dos RH introduzidas no ano em análise.



RELATÓRIO E CONTAS DE 2018





RELATÓRIO E CONTAS DE 2018
Mod. 006/0

Resultados

CASH FLOW	2018
Provisões	372 822,91
Amortizações	608 747,77
Resultado Líquido	-525 403,17
Cash Flow	456 167,51

CASH FLOW DE € 456.167,51

- O RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO é de - € 525.403,17,
- AMORTIZAÇÕES de € 608.747,77,
- PROVISÕES de € 372.822,21,

NOTAS:

REAL VS ORÇADO

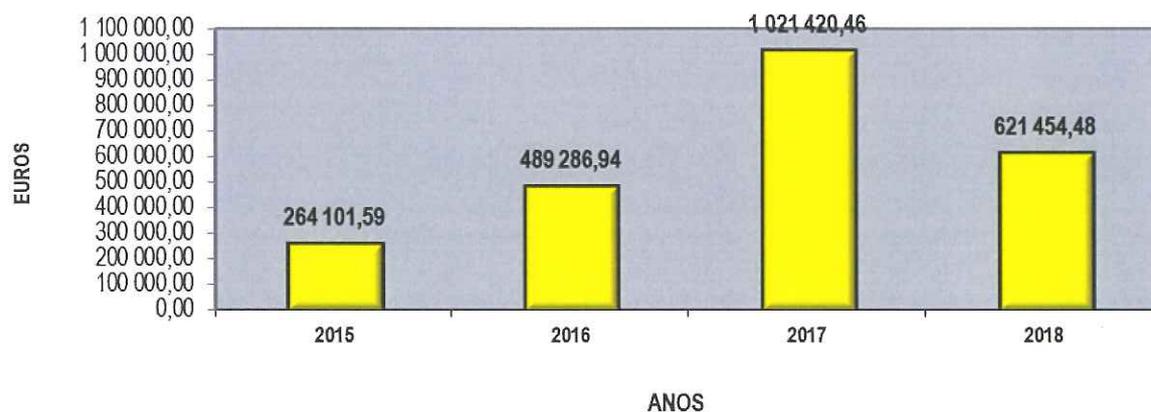
Mais uma vez é de relevar a confirmação da apologia feita ao rigor orçamental aquando da apresentação do respetivo documento para 2018, efetivamente projetamos com prudência as receitas – há um desvio positivo 4,5% (€ 312.429,00) e “pessimismo” na projeção de despesas, exceção feita á rubrica de provisões.

As rubricas de C.M.V.M.C., Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos Com Pessoal e Amortizações, apresentam um desvio favorável de 2,45 % (€ - 185.872,00) face ao orçado.



INVESTIMENTO

No ano de 2018 foi feito um investimento de € 621.454,48, totalizando no último quadriênio o valor de € 2.396.263,47.





7. ANEXO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

IRMANDADE E SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO

Anexo

27 de Fevereiro de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	6
4	Activos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	13
6	Custos de Empestimos obtidos.....	13
7	Inventários.....	13
8	Rendimentos e Gastos.....	14
9	Provisões	14
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
11	Instrumentos financeiros	15
12	Benefícios dos empregados.....	16
13	Acontecimentos após a data do balanço	16
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
15	Outras divulgações.....	17

1 Identificação da Entidade

A “IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social nos termos do n^o1 do artigo 1^o do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n^o119/83 de 25 de Fevereiro registada na Direção Geral de Ação Social em 14-09-83 no livro das Irmandades da Misericórdia, fls.141 e 141 verso sob o n^o 55/83, com sede em Rua da Misericórdia, 171 4780-501 - SANTO TIRSO.

Exerce a sua atividade no campo social, competindo-lhe para a prossecução dos seus objetivos:

- Promover o diagnóstico e implementação de medidas na área da saúde, ação social e afins;
- Estabelecer redes e parcerias com entidades públicas ou privadas para a definição e concretização de estratégias de ação;
- Criar e dinamizar valências para servir a comunidade ou grupos sociais específicos e franjas sociais mais desfavorecidas;
- Garantir o funcionamento das respostas sociais criadas;
- Promover a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir o bem-estar dos utentes;
- Garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação social;
- Promover iniciativas de formação profissional ou de carácter educativo / formativo, para ativos e/ou elementos externos à Instituição, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos mesmos;
- Divulgar as ações desenvolvidas aos Irmãos e à comunidade local;
- Preservar o seu património com valor histórico e artístico;
- Recorrer a iniciativas de financiamento nacionais e comunitárias para a prossecução dos seus fins;
- Gerir o seu património de rendimento, segundo critérios de eficiência e rentabilidade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística

(SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Sector Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC)

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação, que de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo então em vista tão-somente a superação desta lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos da contabilidade da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime da periodização económica

Os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são respectivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica “Outras Contas a Receber”, em “Devedores por acréscimo de rendimento”. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de “Diferimentos”, em “Rendimentos a reconhecer” ou “Gastos a reconhecer”, respetivamente.

- Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração de apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura da apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados passa as ESNL.



- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens do balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

- Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a.1) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Para os terrenos e edifícios optou-se pelo modelo de revalorização dado que a generalidade dos mesmos foi adquirida antes de 1999 (registo informático disponível), não sendo possível identificar de forma inequívoca o seu valor de aquisição. Neste sentido, o processo de avaliação dos imóveis foi finalizado no exercício anterior.



Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos activos revalorizados, sendo consideradas sempre que estas difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os activos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo

que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

a.2) Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As depreciações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, tendo sido estimada uma vida útil de 3 anos para os Programas de Computador.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita é assumido como sendo zero.

a.3) Investimentos financeiros

O registo está efetuado pelo custo de aquisição no que se refere às participações de capital. Relativamente aos títulos da divida pública, anualmente são retificados pelo valor do mercado.

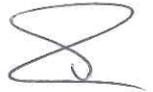
a.4) Inventários

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo de aquisição.

a.5) Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Encontram-se registadas nesta rubrica, pela quantia realizável, as quotas, procedentes dos irmãos, com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade.



Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente, quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

a.6) Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas ou contratos são realizados, independentemente da data do seu

recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

a.7) Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a.8) Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente

derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

b). Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis, com exceção das classes de terrenos, edifícios e objectos de arte, estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os bens da classe de terrenos, edifícios e objectos de arte estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização, segundo o qual um activo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e perdas de imparidade subsequentes.

No presente exercício, foi feita a avaliação por perito independente, do terreno descrito como Coutada de Burgães, dando origem a um excedente de revalorização no montante de 398.459,00 euros e celebrado auto de posse onde se reconhece a titularidade da instituição de dois jazigos com valorização a justo valor de 105.000,00 euros.

No caso de bens do activo fixo tangível atribuídos a título gratuito, o custo pode ser desconhecido. Nestes casos, os bens podem ser mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos de mensuração no reconhecimento.

Os bens do activo fixo tangível são depreciados de acordo com o método da linha recta. De acordo com esse método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências /abates	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	7.914.113			62.500	398.459	8.375.072
Edifícios e outras construções	25.053.737	186.864		- 62.500		25.178.101
Equipamento básico	1.229.972	13.079		- 100		1.242.951
Equipamento de transporte	418.637					418.637
Equipamento administrativo	527.454	24.947		- 4.677		547.724
Outros Ativos fixos tangíveis	835.974	9.143		- 121	105.000	949.996
Total	35.979.887	234.033		- 4.898	503.459	36.712.481
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.528.004	509.787				2.037.791
Equipamento básico	1.136.463	39.841				1.176.304
Equipamento de transporte	361.887	16.190				378.077
Equipamento administrativo	474.168	25.538		- 4.677		495.029
Outros Ativos fixos tangíveis	330.320	12.446				342.767
Total	3.830.842	603.802		- 4.677		4.429.967

Activos Fixos Tangíveis em Curso

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Residências	7.415	33.768				41.183
Reabilitação Casa Repouso	0	155.632				155.632
Unidade Demências (Arco)	61.264	23.444				84.708
Total	68.679	212.844				281.523

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2018 mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	146.975	1.119				148.094
Total	146.975	1.119				148.094
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	141.425	4.945				146.371
Total	141.425	4.945				146.371

6 Custos de empréstimos obtidos

Descrição	2018	2017
Juros de Financiamentos obtidos (Conta Cauionada)	1.231	1.237
Juros de Locação Financeira	3.496	5.315

7 Inventários

Os inventários encontram-se mensurados ao custo histórico.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	33.856	649.912	716	27.313	662.443	1.116	35.338
Total	33.856	649.912	716	27.313	662.443	1.116	35.338
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				657.171	655.534		

8 Rendimentos e gastos

Um reconhecimento de um redito exige que (i) a respetiva quantia possa ser fiavelmente mensurada, (ii) que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade, e (iii) que os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores e estadias	2.063.200	2.090.054
Quotas e joias	265.047	322.793
Serviços secundários	998.714	889.601
Juros	2.024	2.773
Total	3.328.985	3.305.221

9 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No exercício, foi reconhecido como provisão, o valor de 372.671,05 euros, referente a responsabilidades futuras assumidas, com os clientes/utentes, das valências residenciais. De acordo com os contratos celebrados com estes utentes, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, obriga-se à prestação de serviços de alojamento, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde básicos, higiene e conforto pessoal e acompanhamento psicossocial a título vitalício.

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo são auxílios do Governo na forma de transferência de recursos para uma entidade em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade.

Foram concedidos à Entidade subsídios do Governo relacionados com a aquisição de ativos, ou seja, subsídios cuja condição primordial é a de que a entidade que a eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir ativos, e subsídios relacionados com rendimentos.

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Subsídios à Exploração”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo relacionados com ativos		
Comiss. Regional Norte Luta Contra a Pobreza	5.515	176.481
Programa Operacional Integrar	4.988	159.604
Ministério do Trabalho e da Solidariedade	10.072	316.664
Saúde XXI	2.000	72.000
ARS Norte-Programa Modular	15.000	642.500
Câmara Municipal de Santo Tirso	2.500	7.500
Fundo Rainha Dona Leonor	3.339	163.616
Programa Operacional Regional do Norte	13.175	553.324
IFAP	1.114	0
Total	57.703	2.091.689
Subsídios do Governo relacionados com rendimentos		
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	2.086.220	2.095.422
ARS (Acordos Cooperação)	553.638	561.382
Secretaria- Geral Ass. Parlamentares e Igualdade	126.354	130.493
Outros	13.009	7.849
Total	2.779.221	2.795.146

11 Instrumentos financeiros

Contratos Locação Financeira	2019	>2019
Banco BPI,SA	5.470	21.315
Hewlett-Packard Portugal, Lda.	18.880	9.977

12 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 351 e em 31/12/2017 foi de 350.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	3.930.377	3.947.847
Indemnizações		50.000
Encargos sobre as Remunerações	803.798	805.135
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	47.285	45.830
Outros Gastos com o Pessoal	24.475	23.238
Total	4.805.935	4.872.050

13 Acontecimentos após a data do balanço

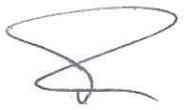
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



15 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

15.2 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	93.330	41.308
IMT – reembolsos pedidos	34.938	34.938
Total	128.268	76.246
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	39.430	37.988
Outras Tributações	477	401
Segurança Social	170.429	161.250
Total	210.336	199.639

15.3 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Activo		
Quotas	2.715	3.020
Total	2.715	3.020

15.4 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes a)	338.065	304.851
Utentes	38.427	64.618
Clientes e Utentes com potencial imparidade		
Clientes		
Utentes	0	3.500
Total	376.492	372.969

a) ARS, ADSE e ISS

Nos períodos de 2018 e 2017 encontram-se reconhecidas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Clientes	3.500	142
Utentes		0
Total	3.500	142

15.5 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	984	456
Outros Devedores	159.671	159.401
Total	160.656	159.857

Em 2018, o saldo de outros devedores corresponde essencialmente à Secretaria-Geral dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

15.6 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	3.280	13.670
Total	3.280	13.670
Rendimentos a Reconhecer		
	10.460	11.186
Total	10.460	11.186

15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	13.909	14.775
Depósitos à ordem	418.721	119.037
Depósitos a prazo	277.522	550.529
Outros		
Total	710.152	684.341

15.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.117.462			3.117.462
Resultados transitados	3.431.305	305.528	312.712	3.424.121
Excedentes de revalorização	20.662.304	398.459	305.528	20.755.235
Subsídios	2.091.689	57.917	81.765	2.067.841
Doações	2.106.807	105.000	8.959	2.202.848
Total	31.409.567	866.904	708.964	31.567.507

Os movimentos ocorridos na rubrica de resultados transitados correspondem à aplicação do resultado líquido do período anterior 312.712€ e ao excedente das reservas de revalorização libertado do exercício 305.528€.

As outras variações de fundos patrimoniais incluem as doações e os subsídios ao investimento.

15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	394.138	355.334
Total	394.138	355.334

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal (Remunerações a pagar)		645.461		725.124
Fornecedores de Investimentos		53.352		20.306
Outros credores		73.867		58.238
Total	0	772.680	0	803.668

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos a)	2.776.905	2.656.804
Subsídios de outras entidades	2.317	138.342
Doações e heranças	105.000	183.076
Legados		
Total	2.884.222	2.978.222

- a) ISS e ARS (Acordos de Cooperação)

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	219.830	217.031
Serviços especializados	478.979	475.949
Materiais	40.819	53.174
Energia e fluidos	400.262	382.945
Deslocações, estadas e transportes	6.678	4.645
Serviços diversos	115.742	117.098
Total	1.262.310	1.250.842

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	532.979	528.912
Descontos de pronto pagamento obtidos	122	85
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	321.463	322.484
Outros rendimentos e ganhos	248.462	318.522
Diferenciais apurados pela Seg. Social (LJLA)	40.423	5.358
Total	1.143.449	1.175.361

15.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	6.585	6.201
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Perdas em inventários	815	489
Gastos e perdas investimentos não financeiros	1.394	0
Outros Gastos e Perdas	58.189	80.367
Total	66.983	87.057

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.024	2.773
Juros suportados	4.727	6.552
Resultados Financeiros	-2.703	-3.779

15.16 Orgãos Diretivos

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2019-2022

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Dr.
Vice-Presidente	- José Pedro Castro C. Morêda Miranda, Dr.
Secretário	- António Lereno Sousa Machado, Engº

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- Manuel Luciano da Costa Gomes, Engº
Secretária	- Maria Teresa Andrade Polónia, Dra
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Batista, Dr.
Vogais	- Hélder Roberto Vilela Araújo, Eng.º
	- Maria Lídia de Faria Ramalho Gonçalves, Dra
	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres, Dra

Substitutos	- José Luis de Sousa Marques
	- Duarte Manuel de Faria Gonçalves, Dr
	- Lucília Maria Costa Afonso, Dra

CONCELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro, Dr.
Vice-Presidente	- Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Engº
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa, Engº

Substitutos	- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro
	- Emílio Castelar Oliveira
	- Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

Santo Tirso, 27 de Fevereiro de 2019.

O Contabilista Certificado,



O Provedor,





Ex. mos. Senhores:

Nos termos do Artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, vimos dar-lhes conhecimento da acção fiscalizadora para que fomos mandatados e emitir parecer sobre as Contas e o Relatório elaborados pela sua Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Assim, através do acompanhamento efectuado, tendo também em conta a certificação legal de contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal teve oportunidade de aferir da actividade desenvolvida pela Mesa Administrativa e manteve contactos com os serviços com vista ao esclarecimento das contas, da parte de quem sempre teve a melhor colaboração.

Por outro lado, através de testes substantivos, procedeu-se à análise do relato financeiro e do suporte documental de saldos e das asserções contabilísticas, tendo concluído pela sua regularidade. Acresce ainda que o relatório nos satisfaz quanto à descrição da actividade desenvolvida e quanto à compreensão das contas.

Em conclusão, emitimos o nosso PARECER:

Nos termos da alínea c) do Artigo 31º do Compromisso, entendemos que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório e as Contas do ano 2018 apresentados pela Mesa Administrativa.

Propomos, pelos resultados apresentados, um voto de louvor à Mesa Administrativa e a todos os Colaboradores.

Santo Tirso, em 12 de Março de 2019.

O CONSELHO FISCAL.

a) António Jorge Pereira Ribeiro, Dr. - Presidente

a) Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Engº - Vice-Presidente

a) Albino Agostinho Martins Sousa, Engº - Secretário



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 34 010 076 euros e um total de fundos patrimoniais de 31 042 104 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 525 403 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias



HENRIQUE, DUARTE & GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 12 de Março de 2019

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC
representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA - (ROC nº 698)